

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

DESTAQUES IPADES

Setembro 2017

iLPF: TECNOLOGIA QUE MODERNIZA A AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

A pecuária brasileira em toda sua história foi praticada em sistema extensivo. Esse sistema foi responsável, em grande parte, pela expansão do território nacional, sobretudo no Nordeste e Centro-Oeste. Na recente ocupação da Amazônia, a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, essa atividade teve destaque com a introdução das pastagens plantadas nesta região.

A baixa produtividade e o avanço do desmatamento são aspectos importantes na necessidade de mudar desse sistema de produção. Essa mudança começou há três décadas, com pesquisa pioneira na Fazenda Barreirão (GO), onde a equipe da Embrapa montou mais de 60 experimentos para pesquisar o comportamento do consórcio arroz x capim Braquiária. Esse trabalho, desenvolvido pelo pesquisador engenheiro agrônomo João Klutskouski (o João K), culminou no lançamento do sistema Barreirão, em 1983. Ele foi o embrião de todos os outros sistemas de consórcio que o seguiram, e que se tornaram conhecido como sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). Atualmente nos seis biomas brasileiros, 19 Unidades de Pesquisa (UPs) da Embrapa e 97 Unidades de Referências Tecnológicas (URTs). Esses últimos são os locais de demonstração desse sistema para os produtores.

Para que ocorresse essa transformação de uma pecuária extensiva para um sistema integrado formado pela pecuária-lavoura-floresta, a agropecuária brasileira passou por quatro “revoluções” tecnológicas promovidas pela pesquisa agrônoma tropical, após a Revolução Verde. Na década de 1970, ocorreu a introdução do sistema de plantio direto na palha. Nos anos 90 vieram a realização de duas safras durante o ano, com a tradicional de verão mais a de inverno. Hoje, o milho 2ª safra é superior ao de 1ª safra. Ocorreu também a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), nas lavouras de soja, com

importante economia na aplicação de adubo nitrogenado. Finalmente o país chega ao atual iLPF, com o plantio sequencial intensificado e simultâneo numa mesma área.

A Rede de Fomento iLPF pesquisou o emprego desse sistema no Brasil. Foram realizados quase oito mil entrevistas em nível nacional, sendo 3.105 com pecuaristas de gado de corte ou leite e 4.804 com produtores de soja ou milho de verão. Com base nessa pesquisa, os pesquisadores Ladislau A. Skorupa e Celso V. Manzatto, da Embrapa meio Ambiente, publicaram um trabalho que mostra 11,5 milhões de hectares com iLPF no Brasil. Em 2005, esta área total era de 1,8 milhão de hectares. Houve um aumento de quase 540% em dez anos, em média.

As regiões que apresentam as menores taxas de adesão a esse sistema são o Nordeste e a Amazônia, por sinal, as que mais necessitam dele. O sistema de integração Pecuária-Floresta (iPF) é urgente sua adoção na região Nordeste pelos benefícios ambientais e econômicas que trazem. A Amazônia só tem a ganhar em preservação ambiental e aumento de produtividade com a adoção do sistema de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

Essas “revoluções” fazem do Brasil, atualmente, uma potência do agronegócio em expansão.

A POLÍTICA ATRAPALHANDO A ECONOMIA NO BRASIL

Desde o início do ano, a economia brasileira começou a dar mostras de melhora, trazendo uma perspectiva um pouco mais otimista para o médio prazo. O primeiro aspecto positivo tem sido a queda da inflação desde o segundo semestre de 2016, indicando que em 2017 o país terá uma inflação abaixo da meta de 4,5%. Isso representa um grande ganho para a nossa economia, o que não ocorre desde 2009. A tolerância com patamares cada vez mais elevados de inflação até 2015 trouxe danos consideráveis ao sistema econômico brasileiro, acentuando a desordem na estrutura produtiva e social do país.

Os bons resultados no campo inflacionário abriram caminho para a flexibilização da política monetária, o que permitiu que o Banco Central cortasse a meta da taxa básica de juros – Selic – ao longo de 2017. Tudo indica que a trajetória de queda da taxa de juros, confirmado o cenário da inflação será mantida até o final do ano. No entanto, o calcanhar de Aquiles da economia brasileira continua sendo o aspecto fiscal.

Apolítica econômica praticada ao longo do governo Dilma gerou profundo desajuste nas contas públicas brasileiras. O déficit nominal do setor público tem se situado em torno de 9% a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos últimos anos, condicionando uma trajetória de endividamento do setor público potencialmente explosivo no médio prazo caso nada seja feito.

Nesse sentido, o governo Temer passou a corrigir o rumo da política fiscal, tentando impor limites aos gastos públicos e eliminando benefícios fiscais indevidos. O limite do teto para os gastos públicos aprovado pelo Congresso Nacional teve repercussão positiva e encenou uma expectativa otimista quanto a reforma da previdência, indicando que a recuperação econômica consolidar-se-ia no segundo semestre do ano, alinhada com as reformas estruturais essenciais para a nossa economia.

Em meio a esse cenário, a onda de denúncias envolvendo o governo representou um balde de água fria no otimismo que começava a se delinear na economia brasileira. A turbulência política instaurada após as denúncias azedou o ambiente do Parlamento, tornando muito mais difícil e custosa para o governo a aprovação das reformas. Logicamente, esse cenário foi rapidamente apreçado pelo mercado financeiro, que realinhou os preços dos ativos em função do maior risco percebido pelos investidores.

Do ponto de vista econômico, a questão central passou a ser qual é o real impacto da instabilidade política, instalada em Brasília, sobre a recuperação da atividade econômica. Sem sombra de dúvida, a percepção do risco sobre a economia brasileira aumentou a partir do surgimento das denúncias contra o presidente e seus ministros mantidos nos cargos.

A instabilidade política tem reflexo direto sobre as ações do Parlamento, fazendo com que a efetivação da aprovação das reformas fique mais distante. Obviamente, o cenário para a retomada de investimentos também fica um pouco mais comprometido a partir das incertezas no campo político.

BRASIL LANÇA NOVO SATÉLITE DE COMUNICAÇÃO

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) foi lançado no espaço em 4 de maio deste ano, do Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa. O SGDC será operado pela Telebrás e terá duas faixas de frequência. A chamada banda Ka, correspondente a 70% de sua capacidade, será usada para ampliar a oferta de banda larga no país, atendendo às necessidades do Programa

Nacional de Banda Larga (PNBL), que prevê levar internet de qualidade para regiões mais carentes em infraestrutura e tecnologia. Já a banda X, com os 30% restantes, será destinada exclusivamente ao uso militar.

Com 5,8 toneladas e 7 metros de comprimento, o satélite está localizado a 36 mil km da superfície terrestre, na posição orbital de 75 graus de longitude oeste, cobrindo todo o território nacional e parte do oceano atlântico. Sua vida útil é estimada em 18 anos.

Parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e o Ministério da Defesa, o projeto do SGDC recebeu investimentos de R\$ 2,1 bilhões. Além de conferir maior autonomia às comunicações civis e militares no país, o satélite deverá trazer ganhos relevantes para a indústria aeroespacial brasileira.

O contrato de aquisição do equipamento com a fabricante, a multinacional francesa Thales Alenia Space, previu a transferência de tecnologia para empresas brasileiras do setor. Atualmente, os satélites utilizados pelo Brasil são gerenciados por estações terrestres localizadas fora do país ou têm controle nas mãos de empresas com capital estrangeiro. Além do SGDC, o Brasil utiliza 45 satélites de comunicação, todos de companhias privadas.

Esta é uma área de conhecimento de ponta em que o Brasil tem que estar inserido, O país tem dois Centros de Lançamento de Satélites: Barreira do Inferno (CLBI), no Rio Grande do Norte e Alcântara (CLA), no Maranhão. Tem também um centro de pesquisa em São José dos Campos (SP). Além de inserir-se neste específico campo, o país precisa de maior seriedade no tratamento, não só desta questão, como de tantas outras que são tratadas com displicência e que terminam por gerarem prejuízos, tem-se como exemplo nesta área o terrível acidente ocorrido na base de lançamento de Alcântara, em 2003, com a morte de 21 pessoas entre cientistas, técnicos e funcionários desse centro. Somente agora, 14 anos após a tragédia os rumos do projeto são retomados.

BRASIL LANÇA NOVO SATÉLITE DE COMUNICAÇÃO

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) foi lançado no espaço em 4 de maio deste ano, do Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa. O SGDC será operado pela Telebrás e terá duas faixas de frequência. A chamada banda Ka, correspondente a 70% de sua capacidade, será usada para

ampliar a oferta de banda larga no país, atendendo às necessidades do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que prevê levar internet de qualidade para regiões mais carentes em infraestrutura e tecnologia. Já a banda X, com os 30% restantes, será destinada exclusivamente ao uso militar.

Com 5,8 toneladas e 7 metros de comprimento, o satélite está localizado a 36 mil km da superfície terrestre, na posição orbital de 75 graus de longitude oeste, cobrindo todo o território nacional e parte do oceano atlântico. Sua vida útil é estimada em 18 anos.

Parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e o Ministério da Defesa, o projeto do SGDC recebeu investimentos de R\$ 2,1 bilhões. Além de conferir maior autonomia às comunicações civis e militares no país, o satélite deverá trazer ganhos relevantes para a indústria aeroespacial brasileira.

O contrato de aquisição do equipamento com a fabricante, a multinacional francesa Thales Alenia Space, previu a transferência de tecnologia para empresas brasileiras do setor. Atualmente, os satélites utilizados pelo Brasil são gerenciados por estações terrestres localizadas fora do país ou têm controle nas mãos de empresas com capital estrangeiro. Além do SGDC, o Brasil utiliza 45 satélites de comunicação, todos de companhias privadas.

Esta é uma área de conhecimento de ponta em que o Brasil tem que estar inserido, O país tem dois Centros de Lançamento de Satélites: Barreira do Inferno (CLBI), no Rio Grande do Norte e Alcântara (CLA), no Maranhão. Tem também um centro de pesquisa em São José dos Campos (SP). Além de inserir-se neste específico campo, o país precisa de maior seriedade no tratamento, não só desta questão, como de tantas outras que são tratadas com displicência e que terminam por gerarem prejuízos, tem-se como exemplo nesta área o terrível acidente ocorrido na base de lançamento de Alcântara, em 2003, com a morte de 21 pessoas entre cientistas, técnicos e funcionários desse centro. Somente agora, 14 anos após a tragédia os rumos do projeto são retomados.